

MEMÓRIAS SOBRE OS INSPETORES ESCOLARES EM SANTA CATARINA

MEMORIAS SOBRE LOS INSPECTORES ESCOLARES EN SANTA CATARINA

MEMORIES CONCERNING SCHOOL INSPECTORS IN SANTA CATARINA

KANTOVITZ, Geane
geaneks@hotmail.com
UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-2360-534X>

RESUMO O artigo aborda as representações construídas acerca dos Inspetores Escolares da escola pública primária de Santa Catarina, no período de 1935 a 1965. As narrativas são de integrantes de uma congregação religiosa católica feminina, instituída em 1915 em Rodeio (SC), denominada Companhia das Catequistas. O percurso teórico e metodológico da pesquisa foi a história oral, sendo a memória coletiva a principal categoria de análise. Em suas memórias, as tipificações realizadas pelos inspetores eram harmonicamente aceitas pelas irmãs porque faziam parte da realidade social em que elas estavam inseridas; dessa forma, faziam o possível para adequar-se a elas e legitimar sua função diante do inspetor e para atribuir credibilidade à instituição.

Palavras-chave: Inspetores Escolares. Memória. Professoras Catequistas.

RESUMEN El artículo aborda las representaciones construidas acerca de los Inspectores Escolares de la escuela primaria pública de Santa Catarina, en el periodo de 1935 a 1965. Las narraciones son de integrantes de una congregación religiosa católica, femenina, instituida en 1915 en Rodeio (SC), denominada Compañía de las Catequistas. El recorrido teórico e metodológico de la investigación fue la historia oral, siendo la memoria colectiva la principal categoría de análisis. En sus memorias, las tipificaciones realizadas por los inspectores eran armónicamente aceptadas por las hermanas por qué hacían parte de la realidad social en que ellas estaban inseridas; de esta forma hacían lo posible para adecuarse a ellas y legitimar su función delante del inspector y para atribuir credibilidad a la institución.

Palabras Clave: Inspectores Escolares. Memoria. Profesoras Catequistas.

ABSTRACT The article approaches the representations built about School Inspectors of Santa Catarina's public primary school, in the period between 1935 and 1965. The narratives are from members of a Catholic female religious congregation, instituted in 1915 in Rodeio (SC), named Company of Catechists. For this, the theoretical and methodological route of the research was the oral history, having collective memory as the main analysis category. In their memories, the typification

made by the inspectors was harmonically accepted by the sisters because it was part of a social reality in what they were included; this way, the sisters did their best to fit in it and to legitimate their function in front of the inspector, and to impute credibility to the institution.

Keywords: School Inspectors. Memory. Catechist Teachers.

1 INTRODUÇÃO

Por meio da memória das Irmãs Catequistas Franciscanas, atualmente integrantes da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas (CICAF), o artigo versa sobre as representações construídas acerca dos Inspetores Escolares presentes no cenário da escola pública primária de Santa Catarina no período de 1935 a 1965. Para tanto, o percurso teórico e metodológico da pesquisa foi a história oral, sendo a memória coletiva. (HALBWACHS, 2003) a principal categoria de análise.¹

O recorte temporal justifica-se por ser o ano de 1935 o período inicial em que as irmãs entrevistadas entraram na Congregação. Atrelada a essa justificativa, em janeiro de 1935, inicia-se no estado de Santa Catarina a Reforma Trindade, que empreendeu uma reforma no sentido de difundir as diretrizes pedagógicas por meio da formação de professores, a qual influenciou diretamente as Irmãs Catequistas, pois elas tiveram de se adaptar, ocasionando uma mudança na perspectiva da formação docente da CICAF.² O recorte finda em 1965 dado que nesse ano se encerra uma fase de presença prioritária nas escolas. Ou seja, a partir de 1965, inicia-se um período de significativas mudanças na Congregação, dentre as principais está a saída de expressivo número de catequistas das escolas para outros serviços pastorais em geral, incluindo a abertura de casas em outros estados do

¹ O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição à qual está vinculado. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Exceto uma delas, as entrevistadas autorizaram a utilização de seus nomes e todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Sendo assim, o nome Violeta é um pseudônimo.

² A Reforma Trindade, por meio do Decreto nº 713 (SANTA CATARINA, 1935), foi empreendida por Luiz Sanchez Bezerra da Trindade, indicado pelo governador Aristiliano Ramos para dirigir o Departamento de Educação, subordinado à Secretaria de Interior e Justiça. Juntamente com Trindade também atuaram na Reforma Elpídio Barbosa (Subdiretor técnico) e João dos Santos Areão (Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização do ensino).

país e além fronteiras. Ainda, em relação ao recorte temporal, foi na década de 1960, especificamente em 1962, que se inicia o Concílio Vaticano II, o que, segundo Gascho (1998), também contribui para algumas mudanças na Congregação, sob o ponto de vista religioso, como, por exemplo, uma maior autonomia para as congregações religiosas.

Na senda de Portelli (1997, p. 16), ao afirmar que o trabalho com fontes orais tende a se representar como um “mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos”, é que as fontes orais conduziram o percurso teórico e metodológico. Segundo o autor, o trabalho com a história oral procura compreender a representação do fato por parte dos entrevistados, isto é, como o sujeito que viveu determinado momento histórico o representa e o interpreta. No entendimento do autor, “as representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”. (PORTELLI, 2006, p. 111). É por meio da compreensão de Portelli (2006), sobre a história oral, que as narrativas das Irmãs Catequistas são ouvidas e interpretadas, procurando compreender um tempo de escolarização da escola primária e as relações que se estabeleceram entre os diferentes sujeitos que compuseram o cenário da escolarização primária de Santa Catarina.

Alberti (2004, p. 16) igualmente destaca que as memórias são representações “que privilegiam a recuperação do vivido conforme o concebido por quem as viveu”. Assim, o passado não é algo estático, reproduzido tal como foi, mas refeito, reconstruído e repensado. No entendimento da autora, “é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História Oral”, pois “as disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo”. (ALBERTI, 2005, p. 167).

A memória coletiva, tida como principal categoria de análise, é debitária de Halbwachs (2003), o qual enfatiza a necessidade de se estudar os quadros sociais

(lugares de convívio e de experiência) como condição para se analisar os indivíduos. De acordo com o autor, a memória coletiva está relacionada ao grupo de pertencimento e à coexistência de uma identidade comum do grupo social, neste caso, relacionada à identidade da Congregação. Na esteira de Halbwachs (2003), as lembranças de várias ideias, reflexões, sentimentos e paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo, pois a memória individual existe sempre com base em uma memória coletiva, dado que “jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2003, p. 30) e “não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”. (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Por meio das memórias das entrevistadas, a primeira parte do texto aborda o aspecto relacionado à trajetória das Irmãs Catequistas Franciscanas e o que as levou a entrar na Congregação. Todavia, julgo necessária uma breve contextualização acerca da fundação da Companhia das Catequistas, nome inicialmente atribuído a esse grupo de professoras. Na segunda parte, trabalho com as representações dessas professoras referentes aos Inspetores Escolares, os quais, com relativa frequência, ocupavam os espaços da sala de aula das Irmãs Catequistas. Por meio da memória coletiva das entrevistadas, busco compreender como elas construíram representações a propósito dos Inspetores Escolares como resultado de uma contínua negociação com as concepções religiosas, não no sentido de apresentar um “retrato” do passado, mas sim de reconstruir o “vivido conforme concebido”. (ALBERTI, 2004, p. 16).

2 AS IRMÃS CATEQUISTAS E A COMPANHIA DAS CATEQUISTAS

Atualmente, as Irmãs Catequistas são integrantes da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, com sede geral no município de Joinville (SC), e formam um grupo com 376 integrantes. Contudo, oficialmente, sob a então denominação de

Companhia das Catequistas, foi fundada em 14 de janeiro de 1915 no município de Rodeio (SC).³

É importante destacar que o processo de sua criação iniciou em 1913. Diante das constatações acerca da existência de muitas escolas paroquiais⁴ na região do Médio Vale do Itajaí-Açu e da crise dessas escolas por falta de professores e, ao mesmo tempo, de contratar novos docentes para referidas escolas, o frei Polycarpo Schuhen, então vigário de Rodeio, em 1913, com a sugestão do frei Modestino Oechtering, fez um convite a uma jovem chamada Amábile Avosani, a qual era integrante da Ordem Terceira de São Francisco e da Pia União das Filhas de Maria, para assumir a função de professora nas escolas paroquiais. Amábile Avosani, após aceitar o convite e ser orientada para a docência pela irmã Clemência Beninca, religiosa da Divina Providência, começou a lecionar na escola de Aquidaban, atual município de Apiúna (SC), sob a presença constante do clero franciscano.

Em 1914, o frei Polycarpo convidou mais duas moças para lecionarem nas escolas paroquiais, Maria Avosani e Liduína Venturi. Ambas também passaram pela preparação da Irmã Clemência e assumiram a função juntamente com Amábile. Diante do convite do frei, as três voluntárias afirmaram sua atuação como professoras nas escolas paroquiais. Em 1915, quando a existência dessas professoras foi levada ao conhecimento do bispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, este reconheceu e sentenciou: “As professoras terceiras vivendo em certa comunidade chamem-se Catequistas e, todas juntas, formem a Companhia das Catequistas”. (Livro das Crônicas da Congregação, 1915 *apud* VALANDRO, 1986, p. 27).⁵ Assim, em 14 de janeiro de 1915, a Companhia das Catequistas foi oficializada. Ao final desse mesmo ano, a Companhia já era

³ Somente em 1958, já em processo de ter estatuto de congregação religiosa nos moldes do que previa o Direito Canônico, a Companhia das Catequistas passou a se chamar Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, de direito diocesano.

⁴ Para compreender o processo de construção e expansão das escolas paroquiais em Santa Catarina, ver Heerdts (1992) e Souza (2003).

⁵ Dom Joaquim Domingues de Oliveira nasceu em Vila Nova de Gaia, em 4 de dezembro de 1878. Foi nomeado bispo em 2 de abril de 1914 e empossado em 7 de setembro do mesmo ano, para a então diocese de Florianópolis, elevada a Arquidiocese de Florianópolis, em 17 de janeiro de 1927, tendo sido seu primeiro arcebispo. Morreu em Florianópolis, em 18 de maio de 1967. Disponível em: <http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=57>. Acesso em: 21 mar. 2018.

composta por nove integrantes que se dedicavam à docência nas escolas paroquiais no interior de Santa Catarina.

A fundação da Companhia das Catequistas emerge não somente em razão da falta de professores para as escolas paroquiais, mas também como uma consequência da disputa de poder entre os padres franciscanos, os líderes das escolas italianas *Dante Alighieri*⁶ e os condutores do movimento em prol das escolas públicas, iniciado em 1911, com Orestes Guimarães.⁷ Além disso, o serviço prestado pelas Irmãs Catequistas surgiu da necessidade de a igreja católica manter-se ativa no cenário que se instaurava. Assim sendo, a partir de 1915, a Companhia das Catequistas estava concretizada e suas integrantes inseridas no contexto educacional primário, e, gradativamente, as professoras catequistas passaram para a esfera pública da educação de Santa Catarina.

De acordo com Dallabrida (1993), a fundação da Companhia das Catequistas foi uma resposta à crise das escolas paroquiais, concorrendo para a superação da resistência de parcela da população local, especialmente algumas lideranças, em relação ao clero franciscano de origem alemã, assim como uma estratégia para sanar a falta de professores nas escolas distantes das sedes da paróquia, da pequena cidade e/ou dos municípios. Nessa mesma linha, Otto (2006) destaca que a Companhia assim como “as integrantes – as professoras/catequistas – foram

⁶ A Associação *Dante Alighieri* foi fundada por Giacomo Venezian, em Roma, em 1889. De acordo com Otto (2006), o objetivo da Associação era manter os laços culturais e a identidade italiana por meio de escolas subvencionadas na região do Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina. As escolas paroquiais recebiam livros e material didático da Associação; o clero franciscano, no entanto, negava-se a utilizá-los, alegando que eram uma ameaça aos princípios católicos por possuírem características liberais. Autores como Otto (2006; 2011; 2012b) e Dallabrida (1993) descrevem detalhadamente todo o processo de instalação da rede de escolas italianas *Dante Alighieri*, no Médio Vale do Itajaí-Açu, e os conflitos emergidos entre o clero franciscano e membros da Sociedade *Dante Alighieri*. Para ambos, o motivo central dos embates deu-se em virtude da disputa de poder e controle das escolas da região.

⁷ “Orestes Guimarães nasceu em 27 de fevereiro de 1871, em Taubaté (SP). Ingressou na Escola Normal de São Paulo em 1887, aos dezesseis anos, concluindo-a em 1889; fez parte, portanto, da primeira geração de normalistas republicanos, a qual, ao longo da primeira república, alcançou grande prestígio e autoridade intelectual. Seus colegas de escola, entre eles Oscar Thompson, José Feliciano de Oliveira, João Lourenço Rodrigues, Ramon Rocca Dordal, Romão Puiggari, destacaram-se na ocupação dos principais postos da instrução pública paulista e na publicação de importantes obras sobre educação, tendo sido também os organizadores da primeira publicação pedagógica oficial do período republicano: ‘A Escola Pública’, principal divulgadora das novas concepções pedagógicas e do ideal republicano” (TEIVE, 2005, p. 94). De 1911 a 1918, Orestes Guimarães foi Inspetor Geral do Ensino do Estado de Santa Catarina e, entre 1918 e 1931, foi Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, no estado de Santa Catarina.

inventadas e fabricadas” (2006, p. 156), em razão de uma necessidade não só educacional, mas como uma consequência da disputa de poder entre os padres franciscanos, os líderes das escolas italianas *Dante Alighieri* e os condutores do movimento em prol das escolas públicas. Todavia, na perspectiva de Gascho (1998) e Valandro (1986; 1990), alguns aspectos diferenciam-se no que concerne à fundação da Companhia. Segundo as autoras, integrantes da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, a fundação da Companhia deu-se pela necessidade de manter a unidade católica por meio da catequese nas escolas paroquiais. Valandro (1986) salienta que as Irmãs Catequistas surgiram para prestar um serviço ao povo. Gascho (1998), na mesma perspectiva, entende a fundação da Companhia como um serviço prestado ao povo e à igreja católica. Ou seja, o papel das Irmãs Catequistas era ensinar e catequizar nas escolas paroquiais num primeiro momento, e, num segundo, nas escolas públicas.

No geral, a fundação da Companhia, em 1915, no município de Rodeio, pode ser compreendida sob a égide do processo de Restauração Católica no Brasil, por estar inserida numa realidade social marcadamente formada por imigrantes italianos católicos e pela necessidade, por parte da Ordem dos Frades Menores, de manter o controle religioso e educacional na região. Beneduzi (2008) afirma que havia incentivos para a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, em especial de italianos, haja vista que os imigrantes traziam consigo a observância da nova política da igreja católica, de romanização. A vinda de ordens religiosas, ou a fundação de congregações aqui no país, representava o retorno e a consolidação do catolicismo tridentino e convidava à “europeização” e ao afastamento do catolicismo luso-brasileiro. Nesse sentido, não somente ordens religiosas e congregações europeias chegaram em peso ao Brasil, mas também instituições religiosas foram fundadas em meio à restauração com a ajuda dos imigrantes italianos. Dentre essas instituições, destaca-se a Companhia das Catequistas, que, desde 1958, passou a ser chamada de Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. Por conseguinte, a fundação da Companhia das Catequistas emergiu nesse contexto para sanar a necessidade de mão de obra nas escolas localizadas no interior do estado catarinense, as quais eram carentes de professores, e para manter o controle e presença católica na

região, marcada pela presença de imigrantes italianos. Pode-se dizer, então, que o catolicismo já fora trazido pelos imigrantes italianos. Todavia, na citada região, foi amalgamado por princípios franciscanos.⁸

Concomitantemente ao período em que a Companhia foi estruturando-se, as escolas paroquiais em que essas religiosas trabalhavam estavam gradativamente passando para a esfera pública. Alguns fatores podem ser elencados como determinantes no fechamento de tais escolas. Em primeiro lugar, o fim das escolas paroquiais era iminente, uma vez que surgiram em oposição às ideias positivistas e liberais da primeira República; inclusive, essas escolas encontravam-se no próprio prédio da igreja sob o domínio do clero. (SOUZA, 2003). De acordo com Souza (2003), nas colônias estrangeiras, o professor, religioso ou membro responsável da escola paroquial, estimulava a cultura de origem, uma vez que se via isolada, o que ia de encontro aos interesses do Estado nacionalista. Era preciso erradicar essas escolas em que o ensino, na maioria das vezes, era rudimentar e pouco se podia fazer para formar uma mentalidade de brasilidade. Em segundo lugar, pode-se dizer que o desaparecimento gradativo dessa rede de escolas esteve relacionado à permissão do ensino religioso nas escolas públicas (SOUZA, 2003), antes restrito às escolas paroquiais. Em Santa Catarina, nas palavras de Souza (2003), na aproximação do Estado Republicano com o clero, as escolas públicas começaram a permitir o ensino religioso, e, dessa forma, o número de escolas paroquiais gradativamente decresceu, isto é, a escola pública tornava-se atrativa pela gratuidade e pela possibilidade da permanência dos princípios católicos.⁹ Embora Souza (2003) destaque que os arcebispos do Sul, nesse período, não deram importância às escolas paroquiais nas colônias estrangeiras, o que se verificou no Médio Vale do Itajaí-Açu, mais especificamente em Rodeio, foi uma intensa presença religiosa nas referidas escolas, inclusive, a formação da Companhia das

⁸ Segundo Otto (2012a, p. 404), “com os franciscanos, foi intensificada a administração dos sacramentos, de celebrações aos domingos e dias de festas, presididas também por eles. Esses elementos favoreceram a consolidação do catolicismo romanizado e a criação de associações religiosas de caráter paroquial, igualmente sob a direção de algum frade”.

⁹ Souza (2003) destaca que esse processo de fechamento das escolas paroquiais ocorreu de forma conflituosa, pois muitas vezes elas tinham identificação étnica com a população atendida. Para aprofundar a questão sobre os conflitos e resistências do fechamento das escolas paroquiais, ler Souza (2003) e Otto (2006).

Catequistas como resultado desse interesse educacional e religioso. Muito embora a presença das Irmãs Catequistas tenha oportunizado uma “sobrevida às escolas paroquiais” (OTTO, 2006, p. 170) até o fim da década de 1930, as escolas paroquiais tornaram-se públicas.¹⁰

Mesmo que as escolas paroquiais tenham se mantido até o fim da década de 1930, a transição destas para a pública foi inevitável; no entanto, acordos possibilitaram a permanência das Irmãs Catequistas nas escolas públicas estaduais e/ou municipais. Otto (2012a) explica que, na década de 1930, aos poucos, Dom Joaquim Domingues de Oliveira foi doando o espaço físico das escolas paroquiais ao Estado e, como contrapartida, o governo catarinense passou a permitir o ensino religioso nas escolas da rede pública e fez “a negociação para a permanência das referidas professoras/catequistas nas escolas então transformadas em públicas”. (OTTO, 2012a, p. 412). Nesse sentido, conforme Otto (2006, p. 170), as Irmãs Catequistas contribuíram não somente para a “manutenção e formação de bons católicos, como também de bons patriotas, interesse da elite republicana” daquele período.

O primeiro registro oficial sobre a Companhia das Catequistas encontra-se no livro das Crônicas¹¹ da Congregação, de 1917. Nessa Crônica, está anotado como deveria ser conduzido tal Grupo, assim como deveria ser a conduta de suas integrantes:

Estas são simples donzelas cristãs de irrepreensível conduta e dotadas de um expressivo amor à juventude que somente por amor de Deus e sem interesse material se dedicam à educação da mocidade nas escolas paroquiais, e bem assim, quando necessário for, às obras de caridade, quer à cabeceira dos doentes, quer no serviço da casa de Deus, cuidando da limpeza das capelas e dos paramentos, etc. Todas são membros da Ordem Terceira do grande Patriarca São Francisco de Assis, vivendo em caridade, pobreza e obediência, porém não fazem votos, estando assim na possibilidade de entregar-se inteiramente à sua nobre vocação (e missão).

¹⁰ Nos registros de Otto (2006), as Irmãs Catequistas, em 1929, somavam 52 e ensinavam em 23 escolas paroquiais. Em 1930, educavam em 24 escolas, cerca de novecentas crianças. Em 1932, a paróquia de Rodeio contava com treze escolas paroquiais, dirigidas pelas catequistas. Em 1933, elas ensinavam e instruíam em 33 escolas, mais de 1.500 crianças. Em 1934, dirigiam 34 escolas com 1.724 alunos. Em 1935, elas marcavam presença em 38 escolas.

¹¹ Desde a fundação da Companhia das Catequistas, os padres franciscanos e, posteriormente, as Irmãs Catequistas tinham por hábito registrar, em forma de crônicas, o cotidiano das suas vivências, suas origens, sua tradição, as quais expressavam a imagem que a Congregação queria passar de si para o outro, tanto no âmbito interno quanto externo.

(Livro das Crônicas da Congregação, 1915 *apud* VALANDRO, 1986, p. 18).¹²

O documento traz à tona o ideário de mulheres que deveriam fazer parte do grupo em questão: “simples donzelas cristãs de irrepreensível conduta”. Ou seja, embora o objetivo de frei Polycarpo estivesse atrelado às necessidades de atender às escolas paroquiais da região de Rodeio, essas jovens deveriam seguir normas e regras de conduta que estivessem de acordo com os dogmas religiosos. Em outros termos, o frei almejava professoras que prestassem serviços nas escolas; no entanto, suas atividades professorais deveriam ligar-se e estender-se à catequese, à organização do culto e ao cuidado das capelas. Conquanto não fossem consideradas irmãs no sentido canônico, os ideais católicos eram evidentes quando se tratava dos costumes impostos a essas jovens, como destaca Nunes (2010, p. 497), “os costumes conventuais e as formas de comportamento das religiosas deveriam ser diferentes para marcar essa distinção com o mundo”, e era isto que o clero desejava: marcar fronteiras entre a realidade social religiosa e a realidade social leiga.

A partir do momento em que o grupo de jovens professoras institucionalizou-se e corporificou-se, consolidou-se como uma instituição religiosa que atuava na esfera educacional pública. Aos poucos, ampliou o número de integrantes e as áreas de atuação. No ano de sua oficialização, a Companhia contava com nove professoras catequistas; na primeira década de existência, já possuía aproximadamente quarenta professoras catequistas; e, no fim do período pesquisado, eram 404 integrantes.

Ao serem inseridas nas escolas públicas primárias de Santa Catarina, outros elementos entram no cenário da sua prática docente, como por exemplo, a presença dos Inspectores Escolares. Pode-se afirmar que esse momento de transição vivenciado pela Congregação e pelas irmãs catequistas causou inovações em nível prático e pedagógico. Foram atribuídas novas funções e foram formados novos

¹² Segundo Valandro (1986, p. 19), o primeiro registro da fundação foi feito no Livro Tombo da Paróquia de Rodeio (SC) no início de 1917, quando frei Polycarpo Schuhen foi transferido de Rodeio (SC) e substituído por frei Nicodemus Grundhoff. Nessa ocasião, os registros eram escritos por frei Lucínio Korte, assim como o livro das Crônicas das Catequistas. Isto é, de acordo com a autora, o primeiro registro sobre as Irmãs Catequistas foi descrito por frei Lucínio Korte.

hábitos. Foi um elemento “entrando” na instituição e atribuindo historicidade ao grupo. Era preciso reinventar-se como professora para uma nova escola, mas sem perder de vista a formação franciscana. Em outras palavras, era necessário reinventar-se na prática cotidiana, sem alterar, porém, o cerne da identidade professoral e religiosa que se havia consolidado até aquele momento. Nessa direção, representações são construídas a respeito da figura do Inspetor Escolar.

3 MEMÓRIAS SOBRE OS INSPETORES ESCOLARES

As representações construídas em suas memórias são compreendidas como um “sistema de significação” (SILVA, 2014, p. 90). Ou seja, essas representações foram significações que as Irmãs Catequistas Franciscanas faziam sobre si mesmas, sobre os outros e sobre determinados fatos do passado, foram formas de atribuição de sentidos por meio de suas narrativas. Foram abordagens concatenadas pelo seu ponto de vista ou, ainda, do ponto de vista do grupo que formaram e que as formou. Nesse sentido, a representação

[...] inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. (WOODWARD, 2014, p. 17-18).

Nessa linha de pensamento, a representação é compreendida como um processo cultural que envolve a formação de uma identidade individual e, ao mesmo tempo, coletiva. Assim, ao rememorar aspectos do vivido, essas representações e significados das demandas do tempo voltam para o presente reinterpretado, sem, no entanto, o modificar. Memória e representação são processos interligados quando se trata de reconstruir uma narrativa do passado, buscando assim significados em vivências expressivas.

Os inspetores escolares têm um significado especial para essas professoras aposentadas, ocupando parte expressiva de suas memórias. A irmã Maria assim lembrou deles: “Nós tínhamos um inspetor muito generoso”, e “ele foi muito amigo das irmãs e sempre colaborou conosco, sempre nos incentivou; mais tarde, ele foi

para Florianópolis, mas continuava amigo”. (PAULA OENNING, 2014). Essas falas foram indubitavelmente significativas no que concerne à representação construída pelas Irmãs Catequistas Franciscanas no que se relaciona aos inspetores escolares que as acompanharam durante grande parte da sua trajetória docente.

A figura do inspetor escolar fez parte da história da educação catarinense desde a Reforma Orestes Guimarães, de 1911. Segundo Teive (2005, p. 104),

Orestes Guimarães foi imbatível, criando uma série de mecanismos para assegurar o controle do Estado sobre a instrução pública, sobre os rumos da sua reforma, tal como a organização de uma série de normatizações que deveriam reger o cotidiano das escolas públicas e o trabalho dos/as professores/as, bem como a criação da Inspetoria Geral da Instrução Pública e dos cargos de Inspetor Escolar e de Chefe Escolar, para a fiscalização do seu cumprimento e, principalmente, para limitar toda a polissemia que de algum modo pudesse impedir ou dificultar a execução da reforma.

De tal modo, com o Decreto nº 585, de 1911 (SANTA CATARINA, 1911), os inspetores deveriam exercer funções técnico-administrativas, cabendo a eles a orientação quanto aos métodos de ensino, com o objetivo de padronizar as práticas docentes, inculcando uma cultura escolar não somente na formação dos professores, mas também no cotidiano da prática docente por meio de visitas e inspeções. Assim, o papel do inspetor escolar era sobretudo de fiscalizar o trabalho docente, verificando o tipo de aula, os aspectos metodológicos e o conteúdo.

No que concerne à disciplina e controle exigidos aos alunos e professores, os inspetores caracterizavam-se pela rigidez. Empregavam penas disciplinares e regulamentavam especificamente a rotina dos alunos e dos professores. Havia um clima de normatização regulando o estabelecimento de ensino. (FIORI, 1991). Segundo Fiori (1991, p. 97), “todo material escolar utilizado na escola era determinado pelos órgãos dirigentes do ensino; o uso de qualquer outro material estava sujeito à detalhada justificção”. Ainda conforme a autora, o inspetor escolar deveria atuar com rigidez pedagógica e administrativa, e fiscalizar rigorosamente segundo as normas emanadas dos órgãos superiores. Os inspetores podiam ser remunerados e em comissão, conforme o cargo que ocupavam, deveriam também ter curso superior, Ginásio ou Escola Normal e, após sua nomeação, tinham de permanecer dois meses nos grupos escolares, acompanhando sua organização,

métodos e processos de ensino. Deveriam residir na capital e, durante as viagens, recebiam diárias. Na inspeção, davam ênfase à frequência escolar e ao ensino na língua nacional, aplicavam penas aos professores, muitas vezes em meios públicos, como os jornais da cidade. As visitas deveriam ser minuciosas e observadas no cotidiano, e eram verificados, também, os aspectos administrativos. (FIORI, 1991).

Diante disso, de modo geral, a figura do inspetor representava rigidez e autoritarismo em relação aos professores, afinal, eram responsáveis por manter a disciplina, garantindo, assim, a ordem social estabelecida pelo Estado republicano. No entanto, de acordo com as memórias das Irmãs Catequistas entrevistadas, o inspetor escolar, na maioria das vezes, não foi visto por elas dessa maneira. Demonstrando polidez e harmonia em suas falas, assim elas relataram alguns momentos significativos das visitas inspetoriais:

“O inspetor orientava para isto: anotar todos os erros que cada um cometia, quais seriam as correções ao entregar o caderno de exercícios, fazer toda a correção do quadro onde todos iam e assistiam àquilo”. (Paula Oenning, 2014).

“Eu me lembro que nós também éramos visitadas pela coordenadoria, nós chamávamos de inspetor escolar. Ele vinha, fazia uma visita e fazia um tipo de pergunta e pedia para ver tudo, avaliava o que a gente ensinou. Nós tínhamos muita visita dele, nós éramos muito acompanhadas pelo Estado. [...] Tinha que entregar tudo, até os materiais dos alunos, até daqueles que já tinham saído. Eles viam tudo: o meu trabalho e os livros que usavam para dar aula. Eram muito exigentes. [...] Registravam tudo! [...] Escreviam como encontraram a escola, tudo, tudo, tudo. A gente recebia por escrito tudo como eles encontraram a escola, os alunos como que eram, eles mandavam um Termo de Visita que eles faziam”. (Jadwiga Szepanska, 2014).

“Uma vez por ano, mas não eram todos os anos não. A visita dele era sempre boa! (pela primeira vez na entrevista a Irmã demonstra satisfação por meio de risos. Ao lembrar da visita do inspetor, ela ri carinhosamente.) Às vezes, colocava só um pouquinho, mas tinha elogios. Era muito bom!”. (Amélia Pegoretti, 2014).

Nas visitas dos inspetores, era comum eles fazerem um trabalho de persuasão por meio de aulas-modelo, além de fiscalizarem o andamento e a parte documental da escola, e avaliarem os cadernos dos alunos e planos de aulas dos professores. Nos relatos das irmãs Paula, Jadwiga e Amélia, aparece, com clareza, como o inspetor procedia e como deixava registradas todas as práticas desenvolvidas por elas na escola. Em suas memórias, a visita do inspetor escolar era viva e latente, demonstrando o quanto era significativo receber o

reconhecimento e, na maioria das vezes, elogios por parte do poder público, por intermédio do inspetor.

Relembrar dos inspetores esteve carregado de sentidos e significados para as entrevistadas. Suas narrativas estavam pautadas na experiência do que vivenciaram e de como representavam esses inspetores. Nas palavras de Alberti (2004, p. 92), a narrativa é a “organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido que lhes é conferido”. As memórias das Irmãs Catequistas revelaram o imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A autora ressalta que a experiência pura e simples não é possível de ser comunicada se não for organizada de acordo com um sentido. Dessa maneira, a presença dos inspetores escolares na trajetória das irmãs não foi uma experiência simples e individual, foi uma experiência preservada na memória coletiva do grupo.

Quando essas professoras se referiram aos inspetores, suas lembranças foram vozes acerca de um tempo e de um espaço vivenciados em ações educativas experienciadas num contexto de rigidez e controle de suas ações, porém, não compreendidas dessa forma por elas. Em outros termos, foram representações construídas de um inspetor que estava presente, não para fiscalizá-las, mas sim para ajudá-las. A apreensão dos seus sentidos e significados, conforme destaca Alberti (2004), traz a vida e o vivido para o cenário da discussão. Nas memórias das irmãs, foi possível apreender sua construção social a respeito da figura dos inspetores escolares, pois estes fizeram parte do processo do fazer-se professoras ou, ainda, contribuíram na construção e legitimação da identidade professoral por meio das visitas, dos registros, dos elogios e críticas.

A presença do inspetor na trajetória de vida das irmãs fazia parte da realidade social em que elas estavam inseridas. As tipificações produzidas pelos inspetores escolares eram elementos da estrutura social da realidade da vida cotidiana das Irmãs Catequistas. Exemplo disso foram os registros nos Termos de Visitas, deixados pelos inspetores nas escolas e no Departamento de Educação em

Florianópolis, e as aulas-modelo demonstradas por eles em cursos ou em visitas inspetorias.¹³

De passagem pelo Grupo Escolar Osvaldo Cruz, o inspetor Mario Wiethorn escreveu no Termo de Visita a propósito do trabalho da irmã Paula e de suas sugestões para que ela melhor desenvolvesse suas atividades o seguinte:

1º ano - Professora Complementarista Irmã Paula Oenning

“Nesta classe, assisti e ministrei aulas de todas as matérias do programa. O aproveitamento dos alunos é, em geral, regular. São tímidos e encabulados, e a pronúncia, muito viciada. Os exercícios escritos, que são poucos e não apresentam boa ordem, devem ser melhorados. A escrituração estava em dia e em ordem. Para melhorar rendimento de seu trabalho, recomendo o seguinte: manusear o programa de ensino, a fim de conhecer e pôr em prática as sugestões que o mesmo apresenta; a pronúncia, que não é nada satisfatória, deve merecer cuidado especial, procurando a sra. professora falar com mais perfeição e clareza, a fim de que os alunos possam imitá-la. As aulas devem ser dadas de um modo mais atraente, para que os alunos possam também corresponder sua expectativa. É mister sempre utilizar os quadros de linguagem oral; dar diariamente aulas de cálculos mentais, para, desde cedo, desenvolver o raciocínio de seus alunos, pôr em prática todos os conselhos que dei, bem como ministrar suas aulas de acordo com os métodos por mim apontados”. (RELATÓRIO, 1948).

Nesse registro, é possível identificar as recomendações que eram comuns aos professores, principalmente de como ministrar as aulas, baseando-se nas aulas-modelo. O inspetor teve o cuidado de ministrar “todas as matérias do programa” a fim de que a irmã Paula pudesse reproduzi-las com precisão e zelo nas suas aulas. Nas palavras de Pereira (2004, p. 188), “as aulas-modelo, ministradas pelos inspetores, seriam a doutrinação que os professores deveriam absorver e repassar aos alunos”. Era o projeto de nacionalização do ensino, preocupação fundamental do Estado, sendo colocado em prática.

Outra indicação presente no Termo de Visita foi a importância atribuída pelo inspetor aos vícios do estrangeirismo. Era comum, nesses Termos, os inspetores registrarem a pronúncia carregada dos professores. O inspetor era um sujeito determinante para garantir a nacionalização nas escolas. Pereira (2004) observa que o inspetor era uma figura essencial, se não a mais importante, no processo de nacionalização do ensino.

¹³ Ao finalizar os trabalhos de cada visita, o inspetor escrevia as medidas a serem tomadas em cada escola no livro chamado Termo de Visita. Cada termo deveria ser assinado pelo inspetor e professor e, posteriormente, enviada uma cópia ao Departamento de Educação.

Atos de Pesquisa em Educação - ISSN 1809-0354
Blumenau, v.14, n.2, supl.1, p.693-717, out./nov. 2019
DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2019v14n2s1p693-717>

Em tempos de mordança, se não defendessem os profissionais da educação, a unidade cultural, a unidade de espírito apropriada para a pregação da nacionalidade, recairiam sobre eles as mais pesadas denúncias. Seriam eles inimigos da Pátria, propagador da desnacionalização, às vezes traidor ou acobertador, e outras tantas 'qualidades'. Os professores estrangeiros e seus descendentes que haviam optado pela profissão eram erradicados em definitivo do magistério. Os professores brasileiros sem nenhuma ascendência europeia, mas simpatizantes dos 'de origem', eram também erradicados em definitivo da profissão, tal era a rigidez com que se tratava a construção da nacionalidade. (PEREIRA, 2004, p. 183).

Era o inspetor escolar o responsável por fiscalizar e “erradicar” o professor que não atendesse aos requisitos nacionalistas. Ficou evidente na pesquisa que o inspetor não eximia as irmãs da fiscalização e do rigor da inspeção. Relativamente a uma das visitas, a irmã Jadwiga, assim se pronunciou:

“Os inspetores também faziam questão de perguntar aos alunos. Perguntavam para as crianças pequenas: ‘Como é o nome disso aqui?’. Ele via que eles eram poloneses, mas eles diziam: ‘Cabelo.’ E o inspetor ainda perguntava: ‘E em polonês como é?’. Então eles eram bem interessantes. Com as primeiras séries, eles faziam essas perguntas para saber o nome em português e em polonês, *porque eles não eram tão exigentes com a língua*”. (Jadwiga Szepanska, 2014). (Grifo meu).

Não exclusivamente os alunos eram de origem polonesa, como a professora que estava lecionando, a irmã Jadwiga, também o era. No entanto, mesmo sendo questionada sobre a língua portuguesa e a polonesa, a irmã afirmou que os inspetores não eram exigentes com a língua. Em suas memórias, o fato de o inspetor questionar se os alunos falavam ou não polonês foi representado como uma atitude comum, de curiosidade por parte dele, e não como uma estratégia para verificar se existia algum incentivo a outro idioma. A irmã Jadwiga isentou a imagem de rigidez, autoritarismo e fiscalizador do inspetor, mas atribuiu outra característica: de “interessante”. Sua percepção no que se relaciona ao inspetor estava carregada de subjetividades. Em outras palavras, o fato é objetivo, fazer perguntas para saber se os alunos eram incentivados a falar polonês, mas a percepção dela é subjetiva, apresenta outros significados.

A memória da irmã Jadwiga insere-se no contexto social em que ela estava envolvida no momento da ação educativa, não numa perspectiva de controle sobre a sua prática pedagógica, mas sim de sentir-se importante diante da figura do inspetor. A irmã estava adaptada à realidade social instaurada pelo Estado por meio da presença dos inspetores escolares. Esses inspetores, por sua vez, eram

carregados de subjetividades pelas Irmãs Catequistas. Isso pôde ser compreendido ao comparar o Termo de Visita, destinado à irmã Paula, com os seus relatos na entrevista, pois mesmo o inspetor chamando a sua atenção para uma maior clareza da sua fala, carregada de sotaque alemão, em nenhum momento da entrevista ela mencionou algum contratempo ou o alerta dos inspetores quanto à sua própria pronúncia acentuadamente alemã. Sua memória procurou dar unidade e harmonia por meio do fato por ela silenciado. Nas entrelinhas de suas memórias, foi possível identificar o autoritarismo e a rigidez dos inspetores. Porém, isso não foi demonstrado em suas narrativas, elas eram harmônicas e simétricas no que concerne à presença dos inspetores.

Na perspectiva de Pollak (1992), os silêncios da memória são verificados por diferentes agentes: lembranças traumatizantes, “comprometedoras”, uma maneira de evitar culpas. Esses silêncios podem ser constatados nas memórias individuais e em grupos que partilharam do mesmo acontecimento. O controle da memória pelas irmãs Paula e Jadwiga foi uma forma de manter o discurso do grupo e a unidade da Congregação, ministrar a aula na língua vernácula tinha um significado importante para o grupo, foi uma característica que contribuiu para que a instituição se legitimasse como instituição religiosa e educacional.

Em outro relato, ainda que explícita a rigidez do inspetor, percebe-se um silenciamento sobre o impacto causado pela atitude em uma das irmãs:

“Foi nesta escola (em Porto União) que senti de perto a visita do Inspetor Escolar. Havia um livro em que ele deixava suas impressões e observações, elogios e correções. Lembro apenas que deixou uma admoestação a respeito da minha letra que, na qualidade de alfabetizadora, deixava a desejar. Chorei como criança quando sozinha li o conteúdo, mas valeu. Adquiri um caderno de caligrafia e exercitei-me a corrigir minha letra. [...] foi bom para mim, pois a partir daí eu comecei a fazer caligrafia e corrigir a minha letra. Depois fiquei admirando-a. É a única coisa que lembro. Ele aprovou tudo que estava acontecendo”. (Violeta, 2015).

Em suas memórias, o choro traduz o sentimento de frustração e tristeza que sentiu quando foi reprimida por causa de sua letra. Mas, em nenhum momento, a irmã repreendeu a atitude do inspetor. Esse era o papel que ele representava, e melhorar a sua letra era a orientação que deveria ser obedecida sem questionamento. A identidade professoral que ela trazia consigo também era formada por atitudes de polidez e obediência. Era dessa forma que as irmãs eram

formadas e orientadas desde a entrada da Congregação. Estavam acostumadas/predestinadas a uma hierarquia social.

Conquanto a irmã relate que chorou muito com a observação do inspetor, ao mesmo tempo ela compreende como um momento que contribuiu para a sua vida profissional. Em suas reminiscências, a compreensão sobre o fato foi reconhecida e organizada de acordo com as suas representações. A inspeção rigorosa e o constrangimento a que a irmã Violeta foi submetida, apesar de ter provocado certa compulsão, foram considerados um incentivo para modificar e corrigir a sua caligrafia.

Sentir de perto a visita do inspetor foi o marco de um novo processo de socialização das Irmãs Catequistas numa ordem social em construção. Em outros termos, foi um novo processo de interiorização da ordem social. Chamar a atenção da irmã Violeta foi a objetivação do papel social do inspetor; no entanto, sua conduta estava carregada de subjetivações, causando na irmã angústia e até o choro diante de tal realidade. Nas palavras de Berger e Luckmann (1985), as objetivações da realidade estão à disposição das pessoas para que sejam interiorizadas. No entendimento dos autores, interiorizar é assimilar, compreender, tornar subjetivo. Esse processo de interiorização consiste na percepção, interpretação, questionamento, conclusão, argumentação de uma situação que está objetivada. É o indivíduo assimilando a realidade segundo suas interpretações e suas conclusões, decorrentes de suas particularidades e significados.

Envoltos de sentidos e significados, destaco outras memórias, outras representações da irmã Paula a respeito do inspetor:

“Sim! Eles eram diferentes um do outro. O primeiro inspetor foi Mário Victor, ele era inspetor de Ibirama e também visitava Presidente Getúlio, Rodeio e toda aquela região. *Ele não era católico, a mulher dele era católica, mas ele não.* Mas ele foi muito amigo das irmãs e sempre colaborou conosco, sempre nos incentivou. Mais tarde ele foi para Florianópolis mas continuava amigo. O irmão dele, o marido da D. Anelise, foi nosso professor no Complementar e depois que a D. Cinira saiu ele ficou diretor em Rodeio. Mais tarde, ele foi para Presidente Getúlio, depois aqui no Rui Barbosa ele era o diretor, e a mulher dele, a D. Anelise, era muito amiga também. Acho que os dois afinal eram diferentes. Eram dois irmãos, mas eram diferentes. Um era mais expansivo, mas não tanto preocupado com as irmãs, mas o Mário era mais preocupado com as irmãs, ele queria que elas progredissem. (Paula Oenning, 2014)”. (Grifo meu).

Ainda nessa direção, irmã Paula continuou lembrando do inspetor Theobaldo Jamundá:¹⁴

“Em Indaial tinha um inspetor que era do nordeste, eu não lembro mais o nome, mas eu lembro dele, era meio gordinho, moreno, e ele favorecia as irmãs nos exames de habilitação. Ele veio de lá para Indaial e casou-se com uma protestante, o que a família não aceitava, mas ele disse: ‘Eu sei que minhas irmãs – ele tinha duas irmãs Carmelitas lá no Ceará – vão rezar para eu ir para o céu, apesar de eu ter casado com uma protestante. E eu estou fazendo aqui o que eu posso pelas irmãs.’ Ele de fato favoreceu nossas irmãs. Favoreceu, não que elas ganharam de graça, mas ele considerou elas em virtude das irmãs dele. Ele queria que as nossas irmãs continuassem nas escolas. [...] Ele era uma pessoa bem positiva, mas ao mesmo tempo de bastante bondade, quando ele podia ajudar, ele ajudava”. (Paula Oenning, 2014).

São dois relatos que envolveram diferentes momentos na vida da irmã Paula, mas foram expressivos e semelhantes no que diz respeito à representação que ela tinha da figura do inspetor, relacionando-o a aspectos da igreja católica. Esses inspetores tinham um papel social definido ao cargo que exerciam; entretanto, nas representações da irmã Paula essa função também era permeada pelo viés da religião católica. Era isso que justificava a ajuda e apreço dedicado às irmãs. A ação social desempenhada pelos inspetores, não somente na escola, mas principalmente na vida privada, foi referência estabelecida pela irmã Paula para justificar o comportamento e a conduta dele com a CICAF.

Ao se lembrar das palavras de Theobaldo Jamundá: “Eu sei que minhas irmãs vão rezar para eu ir para o céu, apesar de eu ter casado com uma protestante. E eu estou fazendo aqui o que eu posso pelas irmãs” (Paula Oenning, 2014), o significado e a importância que essa fala teve para a irmã parece ter se fixado em suas memórias. Na perspectiva de Berger e Luckmann (1985), a compreensão da linguagem é essencial para o entendimento da realidade da vida diária, principalmente na situação face a face. Os sinais, ou especificamente a linguagem, são objetivações que, ao serem receptadas, são dotadas de subjetividades.

¹⁴ Theobaldo Costa Jamundá, nasceu em 10 de março de 1914, em Campo Grande, subúrbio de Recife (PE). Estudou agronomia até o 2º ano, na Escola de Agricultura e Pecuária, em Minas Gerais. Lecionou História do Brasil na Escola Maurício de Nassau, em Recife, entre 1929 e 1934. No Estado do Rio de Janeiro, serviu o 14º Batalhão de Infantaria, onde foi selecionado para servir em Blumenau, no recém-organizado 32º Batalhão de Caçadores, com a finalidade de promover a integração nacional em Santa Catarina. Em 1940, deixou o Serviço Militar e foi nomeado Diretor da Escola Elementar Agrícola, pelo Prefeito de Blumenau, José Ferreira da Silva, e, em seguida, indicado a ser Inspetor de Escola Municipal (TAMBOSI, 2011).

Segundo os autores, “um sinal pode distinguir-se de outras objetivações por sua intenção explícita de servir de índice de significados subjetivos”. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 55). Nesse sentido, o mundo da vida cotidiana da irmã Paula não apenas foi dotado como realidade certa, mas também foi um mundo que se origina no pensamento e na ação dos inspetores, porém, ações subjetivadas por meio dos sinais da linguagem. Em outras palavras, o fato de ter irmãs ou esposa católica era um aspecto objetivo, transmitido pelos inspetores, mas representado subjetivamente pelas irmãs como justificativa da prática deles. A irmã Paula ordenou a vida cotidiana, a fim de categorizar as diferentes realidades e interpretá-las conforme as concebia.

Relativamente à representação que as irmãs construíram sobre os inspetores, um momento descrito pela irmã Verônica chamou a atenção ao mencionar que quando recebia visitas inspetoriais “ficava toda bobinha”. Seu sorriso e forma carinhosa de como se lembrou dessa passagem demonstraram o quão importante era receber uma visita de um profissional que representava um grau de importância superior ao que estavam acostumadas. Ainda prosseguiu contando: “tinha uma das nossas irmãs, já falecida, muito levada, mas muito tímida, então ela contava que foi fazer a chamada e ele veio perto e ela disse: ‘Por favor, saia daqui que eu não sei de mais nada!’”. (Verônica Haskel, 2014).

Embora a figura do inspetor pudesse representar certo constrangimento entre as irmãs, como pôde ser observado na narrativa da irmã Verônica, não foi essa tônica que conduziu a maioria das memórias. No geral, era uma relação de apreço e até mesmo de sujeitos aliados em favor da educação, mas que não desvinculavam sua conduta da ordem religiosa, seja explícita, seja implicitamente. As representações construídas em relação aos inspetores escolares trazem à tona um sistema de representação construído a partir do lugar do qual as Irmãs Catequistas estavam posicionadas: de professoras/irmãs católicas que procuravam consolidar um espaço por elas ocupado e, para isso, era necessário serem reconhecidas como tal, por meio de suas práticas de significação. Nesse norte, essas práticas de significação incluem o poder de definir quem é incluído e excluído do processo de reconstrução do passado; assim, o imaginário social sobre a figura do inspetor, de

autoritarismo e rigidez, foi excluído das memórias das irmãs, e, ao mesmo tempo, foi incluída uma representação de um inspetor carismático e amigável.

Os inspetores escolares faziam parte da estrutura social do mundo cotidiano das escolas como uma realidade objetivada na observação, fiscalização, ordenamento e orientações práticas; no entanto, essas objetivações das tipificações eram carregadas de subjetividades, o que ocasionava uma aproximação e identificação entre os sujeitos. Nesse movimento, a realidade objetiva, tal como é institucionalmente definida, não possui a mesma importância que a realidade subjetiva, pois esta é apreendida na consciência individual. (BERGER; LUCKMANN, 1985). Contudo, toda sociedade deve salvaguardar uma simetria entre a realidade objetiva e subjetiva. E isso as irmãs realizavam com maestria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paradoxalmente à figura de um inspetor rigoroso e autoritário, o que se verificou, de forma polida e harmônica nas falas das entrevistadas, foi a representação de um inspetor mais amigo e preocupado com o futuro da CICAF, do que fiscal, ríspido e punitivo. Assim sendo, as irmãs rememoraram um inspetor que estava presente, não para fiscalizá-las, mas para ajudá-las. Por exemplo, irmã Paula relatou que os inspetores eram amigáveis por se identificarem com o perfil religioso delas. A representação arquitetada no que se refere aos inspetores trouxe à tona um sistema de representação construído pelo lugar ocupado pelas Irmãs Catequistas: de professoras/religiosas católicas que procuravam ser reconhecidas pelo poder público por meio de sua prática pedagógica.

Em suas memórias, as tipificações realizadas pelos inspetores eram harmonicamente aceitas pelas irmãs porque faziam parte da realidade social na qual estavam inseridas; desse modo, faziam o possível para se adequar a elas e legitimar sua função diante do inspetor, pois este representava uma respeitável figura no cenário educacional catarinense. Atender aos critérios estabelecidos por eles e obter êxito diante deles era importante não apenas para o ótimo desempenho profissional das irmãs, mas para dar credibilidade à instituição.

O processo de socialização entre as irmãs e os inspetores efetiva-se na sala de aula; os sentidos e significados da conduta do inspetor, porém, ultrapassavam esse espaço, adentravam a vida e o comportamento da vida privada. Por fim, a relação entre as catequistas e os inspetores escolares tornou-se proporcionalmente carregada de significações e elas, ao longo das entrevistas, foram entregando-se a essa realidade, procurando compreendê-la e, ao mesmo tempo, justificá-la. Relembrar os inspetores escolares foi um rememorar das práticas diárias desempenhadas pelas irmãs no espaço escolar e na sala de aula.

GEANE KANTOVITZ

Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre na área de Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Autora de artigos e capítulos de livros relacionados ao Ensino de História e História da Educação. Entre eles, O livro didático de História como objeto material da cultura escolar: uma experiência a partir da Rede Salesiana de Escolas; Memórias das Irmãs Catequistas acerca de suas práticas docentes; Construção da memória histórica para além da sala de aula no Alto Vale do Itajaí: a imprensa e as festas cívicas (1930-1940); As apropriações do saber histórico por meio do livro didático de história da rede salesiana de escola.

REFERÊNCIAS

Amélia Pegoretti [88 anos]. [set. 2014]. *Entrevistadora*: Geane Kantovitz. Laurentino, SC, 23 set. 2014.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

BENEDUZI, Luis Fernando. *Imigração italiana e catolicismo*: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BERGER, Peter Ludwing; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

Atos de Pesquisa em Educação - ISSN 1809-0354
Blumenau, v.14, n.2, supl.1, p.693-717, out./nov. 2019
DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2019v14n2s1p693-717>

DALLABRIDA, Norberto. *À sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açu (1892-1918)*. 1993. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 1991.

GASCHO, Maria de Lourdes. *Catequistas Franciscanas: Uma antecipação do "aggiornamento" em Santa Catarina (1915-1965)*. 1998. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HEERDT, Moacir. *As escolas paroquiais em Santa Catarina (1890-1930)*. 1992. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

Jadwiga Szepanska (Irmã Hedwiges) [94 anos]. [set. 2014]. *Entrevistadora: Geane Kantovitz*. Rodeio, SC, 22 set. 2014.

NUNES, Maria Jose Rosado. *Freiras no Brasil*. In: PRIORI, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2010.

OTTO, Clárcia. *Catolicidades e Italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006.

OTTO, Clárcia. *Escolas étnicas italianas no sul do Brasil: entre tensões e conciliações*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011. p. 1-17.

OTTO, Clárcia. *Do professor paroquial às professoras catequistas: notas para a história da educação em Santa Catarina*. *História Unisinos*, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 3, p. 403-412, set./dez. 2012a.

OTTO, Clárcia. *Professoras à serviço da Igreja e do Estado: tensões e conciliações em tempos de nacionalização do ensino*. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 5, n. 14, p. 167-183, set. 2012b.

Paula Oenning [86 anos]. [set. 2014]. *Entrevistadora: Geane Kantovitz*. Laurentino, SC, 23 set. 2014, 24 set. 2014.

PEREIRA, Vera Regina Bacha. *Nacionalização - Autoritarismo e Educação: inspetores e professores nas escolas catarinenses (1930 - 1940)*. 2004.

Atos de Pesquisa em Educação - ISSN 1809-0354
Blumenau, v.14, n.2, supl.1, p.693-717, out./nov. 2019
DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2019v14n2s1p693-717>

179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, PUC-SP, n. 15, p. 13-46, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RELATÓRIO. *Relatório Anual do Grupo Escolar Osvaldo Cruz*. Rodeio, 1948.

SANTA CATARINA. Decreto nº 585, 19 abril de 1911. *Trata de reorganizar a instrução pública*. Florianópolis, SC, 1911. Acervo: APESC.

SANTA CATARINA. Decreto nº 713, de 5 de janeiro de 1935. *Dispõe sobre as normas que regem os Institutos destinados à formação de professorado, para aplicação dos novos métodos de ensino*. Coleção de Leis e Decretos do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1935. Acervo: APESC.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA; Tomaz Tadeu da Silva (Org.); *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SOUZA, Rogério Luiz. As Escolas Paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

TAMBOSI, Marcos Alexandre. *Theobaldo Costa Jamundá: um paradigma da nacionalização em Blumenau*. 2011. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

TEIVE, Gladys Mary. *"Uma vez normalista, sempre normalista": a presença do método intuitivo ou lições de coisas na construção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense 1911-1993)*. 2005. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

VALANDRO, Ede Maria. *Um chamado se faz caminho: evolução histórica do carisma*. Joinville: [s.n.], 1986. Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas.

Atos de Pesquisa em Educação - ISSN 1809-0354
Blumenau, v.14, n.2, supl.1, p.693-717, out./nov. 2019
DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2019v14n2s1p693-717>

VALANDRO, Ede Maria. *Em resposta ao clamor do povo: a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas*. Joinville: [s.n.], 1990. Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas.

Verônica Haskel [88 anos]. [set. 2014]. *Entrevistadora*: Geane Kantovitz. Laurentino, SC, 23 set. 2014.

Violeta [87 anos]. [jan. 2015]. *Entrevistadora*: Geane Kantovitz. Rodeio, SC, 15 jan. 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA; Tomaz Tadeu da Silva (Org.); *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)